



Povos indígenas e quilombolas entre a África e o Brasil: identidade, conflitos e desafios¹

André da Silva MUNIZ²

Regina de Cássia Fernandes SANCHES³
Faculdade Latino-americana, Arujá, SP

Resumo

O filósofo Ailton Krenak em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo* denuncia uma problemática internacional: os povos indígenas, quilombolas, caiçaras e aborígenes não são considerados humanos pelos sujeitos dominantes, antes, são tratados como uma sub-humanidade. Desse pensamento ocorre que, no mundo inteiro, esses povos têm seus direitos negados e suas identidades, culturas, modos de vida e sua própria existência como um todo colocada em risco – seja na América Latina ou na África. Urge, portanto, a necessidade de conhecer os povos indígenas da África, entendendo o que os constitui como “indígenas”, diferenciados dos demais habitantes do continente; bem como seu vínculo com os nativos e, principalmente, com os quilombolas que vivem no Brasil. A partir disso, é preciso compreender os riscos que esses povos sofrem quanto a sua identidade étnica e suas práticas culturais, bem como os conflitos nos quais são envolvidos por aqueles que exercem dominação política, social e econômica nos locais onde vivem e a falta de acesso a direitos humanos básicos como a saúde e a educação. Esse estudo deve buscar caminhos possíveis para a resolução de conflitos e diminuição das desigualdades sociais, alcançando uma humanidade mais integradora e que respeite a pluralidade dos modos de ser humano.

Palavras-chaves: indígenas; quilombolas; direitos humanos.

Introdução

1492 marca o ano em que foi dado o primeiro passo em relação à invasão das terras que atualmente são chamadas de América. Os impérios europeus, após descobrirem a existência deste “Novo Mundo”, o invadiram e assassinaram, expulsaram e/ou escravizaram a população nativa, criando no território roubado colônias para sustentar o próprio enriquecimento. Visando lucrar o máximo possível, iniciaram o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas; assim, a escravização doméstica que acontecia em alguns países da África foi transformada pelos europeus num mercado internacional.

Todos esses acontecimentos deixaram marcas profundas nos demais continentes, principalmente na África e na América. No continente africano, mesmo

¹ Trabalho apresentado no GT 7 – ÁFRICA: um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Graduando em Teologia na FLAM – Faculdade Latino-americana, e-mail: andredsmuniz@gmail.com

³ Mestre em Teologia e Práxis (FAJE), Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Ulbra), graduada em Teologia. Docente FLAM – Faculdade Latino-americana, e-mail: reginafsanches@gmail.com



com o fim da instituição da escravidão, os europeus continuaram dominando e explorando a região, utilizando para isso diversas ferramentas, inclusive a assimilação dos povos nativos. Aqueles povos e comunidades que, por diversas razões e em diferentes níveis, resistiram a esses processos e mantêm até hoje seus modos de vida e sua cultura tradicional agora vivem diversos conflitos com a população e os governos – por assim dizer – assimilados, que muitas vezes reproduzem os processos colonizadores pelos quais passaram.

Os africanos forçosamente trazidos ao Brasil para serem escravizados sempre se rebelaram, de várias maneiras diferentes. Uma delas era através da fuga e formação de quilombos – comunidades de pessoas africanas e seus descendentes que se uniam para resistir à escravidão. Muitos quilombos também resistiram e resistem até hoje, vivendo modos de vida tradicionais e entrando em muitos conflitos com a população e o governo brasileiros. Embora tenham sido obrigados a se reinventarem em um novo continente, em grande parte das comunidades remanescentes de quilombo há uma forte expressão cultural de origem africana quando comparada a outras populações (ALMADA, 2012).

Assim, tanto os povos indígenas da África, quanto os quilombolas, vivem diversos conflitos, que se mostram na luta por demarcação de terras, pelo acesso aos direitos humanos e também em relação a suas identidades enquanto tais. São grupos distintos, com diversas particularidades entre si, que se aproximam não apenas pela conexão com o continente africano, mas principalmente nas lutas pela manutenção de seus modos de vida tradicionais, pelo reconhecimento e pela reivindicação de seus direitos.

Povos indígenas na África

Geralmente, entende-se como indígena o povo que é nativo ou originário de determinada região; contudo, esse termo pode encontrar diferentes nuances em cada país ou continente no qual é aplicado. No caso do continente americano, por exemplo, os indígenas são todos os povos que o habitavam quando os europeus invadiram, independente das migrações prévias a este momento. Todavia, no continente africano, a natividade não é um fator determinante na classificação de um povo enquanto indígena, ponto este que é respeitado pela Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, que reconhece a todos os povos indígenas ao



redor do globo o direito à auto declaração. A Comissão Africana sobre os povos indígenas em África explica que, neste continente,

A característica geral comum aos grupos que a si próprios se identificam como indígenas é que as suas culturas e modos de vida diferem consideravelmente da sociedade dominante, e as suas culturas estão ameaçadas, em alguns casos até em risco de extinção. (...) Estão sujeitos à dominação e exploração dentro de estruturas nacionais, políticas e económicas, que são geralmente concebidas para reflectir os interesses e actividades de uma maioria nacional. Esta discriminação, dominação e marginalização viola os seus direitos humanos como povos / comunidades, ameaça a continuidade das suas culturas e modos de vida e impede-os de serem capazes de participarem verdadeiramente nas decisões relativas ao seu próprio futuro e suas formas de desenvolvimento (CADHP; IWGIA; 2007, p.75).

Portanto, os há diversos motivos que levam os povos indígenas africanos a se declararem enquanto tal: vivem um modo de vida tradicional, com identidade étnica diferenciada uns dos outros e da população que não se declara do mesmo modo; alguns são nômades ou seminômades, são caçadores-coletores e/ou pescadores, ou praticam agricultura em pequena escala ou a criação de gado. Porém, a principal motivação para a auto declaração enquanto povos indígenas é política, pois ao se declararem dessa maneira, se inserem numa luta universal pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais, buscando o fim dos sistemas de dominação e opressão que negam seus direitos e põem em risco suas culturas e modos de vida.

Daniel Munduruku (2012) aponta para a emergência de um pensamento “pan-indígena” no Brasil, a partir da articulação do Movimento Indígena Brasileiro dos anos 70 em diante. Os povos nativos do país, que antes lutavam cada um pelos seus próprios interesses, muitas vezes sem saber que haviam outros povos vivendo realidades, desafios e lutas semelhantes aos seus, começam a se articular num movimento nacional, em prol da luta pelos direitos de todos os povos, gerando assim um sentimento de “fraternidade indígena” que supera as diferenças culturais entre as diversas etnias. Todavia, em anos recentes, o pensamento “pan-indígena” tem rompido também as barreiras dos Estados nacionais e até continentais, e unindo indígenas do mundo inteiro, como exemplificado pela participação, nos Jogos Indígenas Mundiais, de povos e etnias de diversas partes do globo, como Canadá e



Nova Zelândia⁴. Assim, os povos indígenas da África também são incluídos nesse mesmo movimento “pan-indígena” que hoje possui caráter internacional.

Entre os povos indígenas africanos, pode-se tomar como exemplo os Imazighen, que vivem em diversos países do Norte da África, possuem seu próprio idioma – o Tamazigh – e sua própria cultura tradicional; são em geral criadores e guardadores de gado ou lavradores e vivem em constante conflito com os governos dos países que ficam nos territórios que tradicionalmente ocupam. Os Imazighen também são conhecidos pelo nome de “Berberes”, e grandes personalidades tinham sua ancestralidade assentada nesse povo, como o filósofo, teólogo e bispo de Hipona, Santo Agostinho. Os conflitos com os países aonde vivem, principalmente a Argélia, são muitos e constantes. O simples fato de hastearem a bandeira Amazigh, símbolo desse povo, levou vinte e dois manifestantes a serem presos por um tribunal argelino⁵.

Outro povo indígena do continente são os Batwa, mais conhecidos como pigmeus, caçadores-coletores que vivem principalmente na floresta Echuya. Estão presentes em oito países da África Sub-saariana, mas apesar de tentarem viver segundo seus modos de vida tradicionais, o desmatamento de boa parte das selvas do continente tornou a caça impraticável. As taxas de escolaridade são baixíssimas e o acesso à saúde, precário. Por conta desses e muitos outros conflitos com os governos dos países onde vivem, como Uganda, atualmente correm risco de serem até mesmo extintos enquanto povo.

Quilombolas

A escravização de pessoas africanas, longe de ser um fenômeno estritamente brasileiro, infelizmente foi sentida por todo o continente americano. Pessoas eram capturadas na África, colocadas em navios e enviadas através do Atlântico numa viagem tão desumana que muitos morriam no trajeto, sem sequer chegar à América. Porém, assim como o tráfico de escravizados foi um fenômeno amplo, também as fugas e resistências o foram. Em todas as partes onde se escravizava, havia resistência, e a fuga foi uma das principais formas desta. Dentre os diferentes rumos que essas pessoas poderiam tomar, Manolo Florentino e Marcia Amantino apontam

⁴ Mais sobre os jogos indígenas em <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticiasrio/163-ministerio-do-esporte/jogos-dos-povos-indigenas>. Acesso em 16/11/2020.

⁵<https://observador.pt/2019/11/12/tribunal-argelino-condena-22-manifestantes-por-mostrarem-bandeiras-berberes/>. Acesso em 16/11/2020.



que a principal delas era a formação de núcleos de resistência, conhecidos no Brasil pelo nome de quilombos. Dessa forma:

Embora alguns fugitivos lograssem reinventar-se forros, mudando de nome e passando a viver de ganhos eventuais no campo e nas cidades, e outros, raros, embarcassem em navios mercantes e regressassem a África, a maior parte dos que jamais foram recapturados encontrava alternativa distinta. Do Rio de la Plata ao sul dos Estados Unidos, os palenques, quilombos, cumbes, marrons e mainels constituíam-se e reconstituíam-se nas franjas das *plantations*, minas e cidades. Só na Nueva Granada, entre os rios Cauca e Magdalena e ao redor de Cartagena, foi identificada mais de meia centena de palenques entre os séculos XVI e XVIII, dos quais os de San Basílio, La Ramada, Santa Cruz de Mazinga, Betancur, Uré, Matuderé e San Jacinto são os mais famosos (Friedemann, 1998, pp. 87-89). Em Minas Gerais (Brasil) havia pelo menos 166 quilombos entre 1711 e 1795. Ainda hoje há descendentes de *cimarrones* que vivem em enclaves no Caribe, América - Central e América do Sul. (FLORENTINO e AMANTINO, 2012, p.122).

No Brasil, o Governo Federal define os quilombolas segundo o Decreto Nº 4887/2003, que diz:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Logo, o país reconhece os remanescentes dos quilombos como aquelas comunidades que possuem ancestralidade africana relacionada a resistência a escravização, construindo assim sua própria história e relações territoriais. O Decreto também garante a esses grupos o direito de auto declaração, não apenas nesse parágrafo, bem como no seguinte, que afirma que “para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (Ibid.). Almada aponta para a importância do termo “remanescentes das comunidades de quilombos”, destacando a importância de:

Não se restringir o uso atual de quilombo a característica de fuga, visto que grande parte das comunidades rurais negras formadas desde as primeiras décadas do sistema escravista foram constituídas por negros libertos. Soma-se a isso o fato de que muitas fazendas que foram à falência ficaram sob o cuidado dos escravos, abandonados pelos senhores e assim constituindo núcleos de populações negras, ex-escravos, mas não fugidos (2012, p. 38).

Para além disso, é extremamente difícil definir de quais povos e etnias provinham os africanos escravizados no Brasil, pois essa nunca foi uma preocupação



dos traficantes e escravizadores, que não deixaram registros sobre o assunto. Contudo, ainda que os quilombolas sejam descendentes de povos indígenas africanos (que hoje podem ter sido extintos e/ou assimilados), o que os aproxima, muito mais do que a genética, é a opressão histórica que sofrem e os conflitos que vivem, cada um seu continente. A busca por resquícios de uma cultura africana nativa nos quilombos, por mais que possa ter valor de pesquisa, não é ideal para a classificação destes grupos como tais. Ainda em Almada

Nem o historicismo, que insiste na necessidade de comprovar continuidades históricas com os antigos quilombos coloniais, nem um certo culturalismo que enfatiza as características remissivas, como traços da cultura africana no Brasil, se mostraram adequados ao tratamento da questão quilombola atual. (ALMADA, 2012, p. 39).

A melhor forma de identificar uma comunidade quilombola é, segundo o próprio Decreto Nº 4887/2003, a auto declaração, evitando assim que governantes, políticos, empresários e fazendeiros, movidos por ideologias coloniais e/ou interesses econômicos pessoais que não levam em consideração o modo de vida próprio, as tradições e a sobrevivência dos quilombolas usem do aparato estatal (ou de seu capital financeiro) para deslegitimar essas pessoas e negar a elas seus direitos sobre seu território. A continuidade histórica e os elementos culturais africanos devem servir de aporte para a auto declaração, mas jamais suplantá-la.

Povos e comunidades tradicionais no Brasil e na África

Os povos indígenas de todo o mundo e os quilombolas estão ambos inseridos no escopo maior dos “povos tradicionais”, que incluem ciganos, caiçaras, seringueiros, o povo de santo, ribeirinhos e até pequenas comunidades de trabalhadores rurais e de pescadores. O pesquisador Julio Cesar de Sá da Rocha (2015, p. 16) explica o conceito de “povos e comunidades tradicionais” a partir dos estudos antropológicos de grupo étnico, a saber, um grupo que “constitui organização social cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros; com identidade étnica; caracterizados pela distinção; e cultura derivada da etnicidade”.

Para o autor, o povo e a comunidade tradicional, sendo grupos étnicos, são marcadamente definidos pela diferença, seja entre si; seja com a sociedade civil em geral. O mesmo explica que essas noções podem ser encontradas no Decreto



6040/2007, do governo federal brasileiro, que define povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

O antropólogo Arthur Shaker (2011, p. 17), por sua vez, ensina que “o eixo que sustenta o modo de vida dos povos indígenas é a *Tradição*” – o que confirma sua classificação como povos tradicionais – e compara a tradição ao tronco de uma árvore, por ser o eixo central da planta e o local por onde sua seiva atravessa e alimenta os galhos, que “se estendem, com suas folhas, por esta existência” (Ibid., p. 18). Portanto, povos e comunidades tradicionais podem ser entendidos como grupos étnicos orientados por suas tradições, particulares a eles e que os diferenciam uns dos outros e dos demais. Por isso, tanto os povos indígenas quanto os quilombolas são classificados dessa forma, pois são marcadamente diferenciados por suas tradições, que incluem a memória histórica dos quilombolas e o modo de vida e/ou organização social próprios que estes e os povos indígenas em geral têm.

Sendo a África um grande continente, com diversos países, cada qual com seu próprio sistema de governo e seu código legal, a Carta Africana, também conhecida como Carta de Banjul, foi aprovada em 1981 pela Organização da Unidade Africana (OUA) – sucedida pela União Africana (UA) em 2002 –, já ratificada por cinquenta e três Estados do continente, tratando principalmente sobre os direitos dos povos africanos e a sua proteção. Ela não define conceitos como povos tradicionais ou povos indígenas, contudo, garante que todos os povos são iguais, gozam da mesma dignidade e têm os mesmos direitos e que todo povo tem direito à existência. Logo, não parece haver distinção entre povos indígenas, tradicionais e/ou não-indígenas e não-tradicionais, ao menos não no texto da Carta.

Em relação a órgãos internacionais de grande alcance, há a Declaração a ONU (Organização das Nações Unidas) sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre Povos Indígena e Tribais. A Declaração da ONU, ainda que foque na temática indígena, escreve em seu preâmbulo que “todos os povos contribuem para a diversidade e a riqueza das civilizações e culturas, que constituem patrimônio comum da



humanidade”; e muitos pontos levantados na Declaração podem e devem ser aplicados aos demais povos e comunidades tradicionais. A Convenção nº 169 da OIT, por sua vez, explica em seu Artigo 1º:

1. A presente convenção aplica-se:

- a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
- b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. (“Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989 — 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais”, [s.d.])

Os povos indígenas da África e os quilombolas, portanto, estão ambos contemplados pela Convenção. Enquanto para os quilombolas as suas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros setores da coletividade nacional, além de viverem segundo seus próprios costumes ou tradições; os indígenas africanos, acrescidos a isso, descendem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época (...) do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

Entre os direitos garantidos pela OIT, ONU, pelo Governo Federal do Brasil e/ou pela Carta Africana, estão incluídos o direito à autodeterminação, à manutenção de suas terras e à restituição de territórios tradicionais, bem como outros itens que, tendo sido roubados no passado e estando hoje em posse de museus e/ou colecionadores, que devem ser devolvidos ou compensados de algum modo. A origem desses direitos e, também, dos conflitos que essas pessoas enfrentam é a sua própria identidade étnica. É essa identidade que, por exemplo, conecta os povos tradicionais com os bens que foram roubados e com seus territórios tradicionais, estejam eles legalmente em sua posse ou não.

A violência histórica dos negros brasileiros, sequestrados de seu continente para serem escravizados do outro lado do Atlântico, bem como sua fuga e resistência, é um dos pontos cruciais da identidade quilombola. Desse processo deriva a conexão com as terras que acolheram os seus ancestrais, onde estes resistiram e de onde



tiram o seu sustento e mantêm um modo de vida tradicional. Essa identidade também os conecta a patrimônios materiais e imateriais, como relações sociais e religiosidades próprias e construções históricas como igrejas, casarões, engenhos etc. É justamente por isso que é tão importante a defesa da própria identidade quilombola enquanto povo tradicional e grupo étnico, e portanto diferenciado, pois se não há essa conexão, grupos dominantes podem continuar os processos históricos de violência tomando seus territórios, destruindo ou se apropriando do seu patrimônio material e eliminando de vez sua cultura e suas tradições, processo chamado de etnocídio.

Já no continente africano, há a interpretação equivocada de que todo africano (ou, pelo menos, todo africano negro) seria indígena, por ser nativo do continente. Todavia, como já foi apresentado, não é a aboriginalidade que leva diversos povos africanos a se autoafirmarem como povo indígena, antes a sua luta pela manutenção de suas identidades étnicas, principalmente quando essas se encontram em risco. Além disso, os conflitos são travados, na maioria das vezes, contra os próprios Estados africanos; por mais “nativos” que seus governantes sejam, continuam não respeitando os modos de vida tradicionais dos indígenas com quem compartilham seus espaços.

Todavia, indígenas e quilombolas foram historicamente vistos como uma sub-humanidade (KRENAK, 2019), uma ameaça ao desenvolvimento e/ou pessoas primitivas que seriam suplantadas pela modernidade. Deveriam ser extintos para dar lugar ao progresso ou o próprio progresso, naturalmente, daria cabo destes. Como explicado por Almada:

É interessante recordar que os anos sessenta e setenta do século passado, tomados pelo sonho do projeto modernizador capitalista-ocidental, anunciavam o desaparecimento dos grupos indígenas num futuro próximo. As comunidades rurais, do mesmo modo, eram vistas como relictos de um passado em vias de extinção. O projeto urbano-industrial tratava de conduzir essas populações ao reino feliz da modernidade. Passadas algumas décadas, esse sonho não se concretizou. Nem as populações indígenas e rurais desapareceram nem os frutos benditos da modernidade foram tão amplamente democratizados (2012, p. 34).

Assim, ainda que Constituições nacionais e órgãos internacionais (ONU, OIT, Carta Africana) garantam os direitos dessas pessoas, a visão colonial pouco mudou nos anos recentes. Os povos e comunidades tradicionais continuam tendo diversos direitos negados e enfrentando conflitos com os Estados nacionais nos quais vivem e que, teoricamente, deveriam protegê-los.



Conflitos e desafios

O filósofo Ailton Krenak conta que em 2018, quando uma nova situação preocupava muitas pessoas no Brasil, lhe perguntaram: “Como os índios vão fazer diante disso tudo?”. Ao que ele respondeu: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa”. (2019, p. 31).

A fala do autor demonstra uma realidade inegável: enquanto algumas realidades podem ser novas para “os brancos”, os povos indígenas, desde a invasão, estão diante de intensos conflitos e desafios, assim como os quilombolas. Este fato é afirmado também por Almada, que diz

As populações tradicionais, entendidas como um entrave ao avanço do progresso, viram seus territórios sendo tomados pelo agronegócio, pelo turismo e por grandes projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias. Nessa trajetória de resistências, o encontro com as lutas ambientais marcaria pra sempre a história desses povos, já que tanto ambientalistas, indígenas, ribeirinhos e quilombolas eram (e ainda o são) um obstáculo para os que viam nos territórios tradicionais, vazios para o progresso (ALMADA, 2012, p. 34).

Um dos principais desafios dos povos tradicionais no mundo inteiro é a garantia do direito à terra. Para os povos indígenas, a conexão com a terra se dá em diferentes níveis, pois é na terra que tiram sua subsistência, seu alimento, onde constroem suas moradas, onde nascem e morrem e, no caso das comunidades nômades, a terra se torna seu local de peregrinação. Mas a conexão não é meramente material, antes, é também espiritual e ancestral, pois a terra compreende um lugar especial da cosmologia, da religiosidade e da tradição desses povos. A negação do direito da terra aos indígenas coloca em risco sua própria existência enquanto etnia.

Os motivos que levam a expropriação dos territórios dos povos tradicionais são muitos, envolvendo, por exemplo,

paradigmas dominantes de desenvolvimento que favorecem a agricultura estabelecida em detrimento de outros modos de produção como criação e pastoreio e caça e colheita como meio de subsistência; a criação de parques naturais e de áreas conservadas e de empresas comerciais de larga escala como de exploração de minas, de exploração de bosques e florestas, plantações comerciais, exploração de petróleo, construção de barragens, etc. (CADHP; IWGIA; 2007, p.17).



Um trágico exemplo dessa situação é o povo Batwa, no território onde hoje é a Uganda. Tradicionalmente, viviam na floresta Echuya, mas começaram a ser expulsos da região quando o governo do país declarou a área como um parque nacional e proibiu o assentamento de pessoas na região, mesmo os indígenas. Posteriormente, os Batwa foram forçadamente realocados, sem consulta pública prévia, sendo dispersados das florestas e tendo sua liberdade limitada por direitos de propriedade privada, aos quais não tiveram acesso de fato. Seu estilo de vida está tão ameaçado que o povo hoje encontra-se em risco de extinção.

As comunidades quilombolas enfrentam conflitos análogos no Brasil, onde apenas 7% dos territórios de quilombos no país estão devidamente homologados e regularizados perante a lei. Um caso emblemático foi a violência que a Comunidade de São Braz sofreu. Tratam-se de quatro comunidades quilombolas, sendo a de São Braz a maior, que habitam o entorno da Ilha de Cajaíba, cuja importância para essas pessoas é tanto econômica, pois é de onde retiram seu sustento, através da pesca e mariscaria; quanto simbólica, porque na Ilha encontra-se um casarão (antigo engenho de Cajaíba) onde os ancestrais africanos e afro-brasileiros da comunidade nasceram e morreram. Mesmo com a conexão daquelas comunidades com a Ilha, esta passou por um processo de expropriação, que levou as comunidades a se mobilizarem em torno de São Braz para que assegurassem a homologação de seu território. Além disso, ainda enfrentam os dejetos tóxicos da empresa Penha Papel, que contaminam a maré de onde o sustento dessas pessoas é retirado.

Como já explicado, essas lutas não se restringem ao Brasil, mas estão dentro de um contexto maior de resistência:

Nos outros países latinoamericanos as comunidades descendentes de escravos – palenqueros em Cuba e Colômbia, maroons na Jamaica, Suriname e sul dos EUA, marrons no Haiti e cumbes na Venezuela – também iniciam suas lutas para assegurar seus direitos territoriais e culturais, compondo a diversidade identitária gerada pela resistência destes grupos durante os últimos quatro séculos (ALMADA, 2012, p. 40).

A educação como ferramenta de luta

Daniel Munduruku, escritor, professor e pesquisador, explica que, para os nativos, a educação faz parte do próprio caráter do Movimento Indígena, ao afirmar que o Movimento Indígena educou após ser educado parece ser uma verdade incontestável. E acrescenta:



Talvez a maior contribuição que o Movimento Indígena ofereceu à sociedade brasileira foi o de revelar – e, portanto, denunciar – a existência da diversidade cultural e linguística. O que antes era visto apenas como uma presença genérica passou a ser encarado como um fato real, obrigando a política oficial a reconhecer os diferentes povos como experiências coletivas e como frontalmente diferentes da concepção de unidade nacional (MUNDURUKU, 2012, p. 222).

Portanto, o Movimento Indígena apresenta um caráter claramente educativo, que se articula em duas direções: primeiro, na educação da própria pessoa indígena, que dessa forma adquire autonomia para pensar sem depender das mediações coloniais; além de contribuir com o crescimento de seu povo e atuar ativamente nas mediações com a sociedade civil. A educação tradicional, praticada no seio das comunidades indígenas e quilombolas, é importante e deve ser reconhecida, valorizada e garantida; contudo, somada a ela deve estar a educação para o diálogo com a sociedade civil em geral. Dessa forma, essas pessoas poderão assumir o protagonismo nas mediações com governantes, políticos, empresários e tantos outros que os ameaçam, sem precisar de pessoas de fora para falar por eles.

Isso pode se tornar difícil, principalmente quando o governo pouco investe na educação dessas pessoas. O caso Batwa, já abordado algumas vezes ao longo do texto, é um claro exemplo disso: as altíssimas taxas de analfabetismo mostram que os governos de seus países dão pouca atenção ao desenvolvimento educacional desse povo. Por conta disso, apenas seis pessoas da etnia possuem um diploma do Ensino Superior. Ao mesmo tempo, a existência deste pequeno contingente mostra que, exceto pelo descaso governamental, nada impede essas pessoas de seguir com os estudos junto aos não-indígenas. As palavras de Emmanuel Nengo, membro do povo Batwa, e formado em Língua e Literatura Africana denunciam essa realidade: “Apesar das condições difíceis, conseguir um diploma universitário foi um desafio para mim. Uma prova de que os batwa não são menos inteligentes que o resto dos burundianos”.⁶

No Brasil, a educação quilombola precisa ser levada mais a sério pelas autoridades, pensada, discutida e colocada em prática. Como apontado por Lourdes de Fátima Bezerra Carril:

Os desafios postos para a educação escolar destinada aos estudantes quilombolas são amplos e antagônicos, pois o reconhecimento da especificidade é franco a partir da própria criação das DCN [Diretrizes

⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/27/internacional/1417094596_487750.html. Acesso em 16/11/2020.



Curriculares Nacionais], da atenção que tem sido levada às escolas quilombolas¹¹ e às que não se encontram nesses territórios, mas que buscam atender as crianças das comunidades. Recursos financeiros, material didático específico e o incentivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹² revelam avanços. Contudo são muitas as inseguranças presentes na educação quilombola, envolvendo as condições dos estabelecimentos escolares, o uso de recursos didáticos apropriados e a formação docente (2017, p.64).

Mesmo com todos esses desafios, e graças também à contribuição de políticas de afirmações afirmativas como as cotas nas universidades, muitos quilombolas têm conseguido vencer as barreiras que lhes são impostas e ingressas no ensino superior, como apresentado numa reportagem da Universidade Federal de Campina Grande⁷. Thaís Calixto dos Santos, explica alguns dos desafios da educação superior para essas pessoas, que vão além das demandas atuais, mas tem suas origens em todo um passado colonial e seus desdobramentos posteriores:

(...) pensar em educação superior para quilombolas é pensar a efetiva superação de processos de exclusão que esses povos passaram ao longo de séculos corroborados pelo ideal da democracia racial amplamente propagado como uma forma de harmonizar as diferenças e mascarar o racismo. Em consonância a este paradigma o ideal do branqueamento e o discurso eugenista ratificaram uma situação de intolerância étnico-racial encoberta por uma visão eurocêntrica e ocidentalizada. Toda essa conjuntura demonstra a restrição que um grande 'contingente humano de cor', os afrodescendentes quilombolas e mesmo os indígenas e seus descendentes tem ainda hoje que desmistificar e desconstruir. Não por acaso as políticas de ações afirmativas vem romper com essa invisibilidade das populações negras rurais e urbanas, e por isso contextualizar a história, a memória, a espiritualidade, a forma com que lidam com os recursos naturais, o modo como vivenciam as relações de trabalho, os saberes tradicionais, representam agora uma possibilidade de serem autores/atores de sua formação e propagação de suas origens, levando para espaços de produção do conhecimento o saber tradicional e a história que não foi contada, rompendo paulatinamente com a história que mitigou direitos fundamentais de reproduzirem-se dignamente (SANTOS, 2018, p.42).

Como apontado pela teórica pós-colonial Gayatri Spivak (2010), um intelectual que resolve se comprometer com as pessoas subalternizadas não deve falar por elas, e sim contribuir com a criação de locais e maneiras pelos quais o subalterno possa falar. Assim, por mais importante que seja assumir a defesa de quilombolas e indígenas em seus conflitos no Brasil ou na África, deve-se investir na educação formal dessas pessoas para que tenham todas as condições de atuar por conta própria na resolução das questões que os envolvem.

⁷ <https://portal.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/216-do-quilombo-a-universidade.html>. Acesso em 16/11/2020.



Todavia, Daniel Munduruku não deixa de mencionar que, ainda que a autonomia fosse uma pauta levantada pelos aliados do Movimento Indígena, mesmo entre estes “havia certo desconforto ao perceberem que as novas lideranças surgidas ao longo do processo passaram a assumir a representação de seus povos” (2012, p. 217). Logo, assim como há o investimento na educação das comunidades quilombolas e indígenas, deve haver também um processo educativo da sociedade civil em geral, para que aprendam a respeitar a autonomia, a autodeterminação, as terras e a restituição de territórios e bens materiais, além de todos os direitos que são garantidos a esses povos e comunidades tradicionais.

Quando os governos se veem diante da possibilidade de autonomia dessas pessoas, contudo, em geral entram em conflito. Em abril de 1980, para citar um caso, o escritor Mouloud Mammeri foi impedido de apresentar uma conferência sobre a língua e cultura Amazigh na Universidade de Tizi Ouzou, gerando uma onda de protestos por parte dessa comunidade, nos quais as forças de segurança feriram diversos manifestantes. Mais de cento e vinte pessoas morreram no que ficou conhecido como a Primavera Amazigh Negra, uma onda de protestos motivada pela morte de um estudante sob custódia policial.

Considerações Finais

Como apontado, a escravização e o colonialismo deixaram marcas profundas nos continentes africano e americano, povos foram extintos e tantos outros ainda correm este risco. Por mais que a escravização tenha oficialmente sido abolida, são inegáveis os seus resquícios, e embora mesmo órgãos internacionais e até a Constituição Federal Brasileira garantam os direitos de povos indígenas e remanescentes das comunidades de quilombos, a luta até que esses direitos sejam aplicados na prática é grande.

Os diversos países da África e o Brasil se aproximam em muitos pontos, e um deles é o estado de alerta constante no qual vivem diversos de seus povos e comunidades tradicionais, lutando pela própria sobrevivência e resistindo bravamente. Embora os quilombolas e os povos indígenas do continente africano compartilhem uma ancestralidade em comum, sendo originários do mesmo local (talvez alguns destes até dos mesmos povos) o que os une, muito mais do que uma possível herança genética, histórica ou geográfica é a luta pela garantia de direitos humanos já



reconhecidos pelos principais órgãos internacionais e muitas vezes até pelas Constituições de seus países.

Nesse sentido, são necessários aparatos legais e jurídicos para que os seus direitos sejam garantidos, como a demarcação de suas terras. A atuação política, não só na aprovação e elaboração de leis e políticas de ação afirmativas – afinal, muitas vezes essas leis já existem no papel –, precisa atuar principalmente na esfera executiva, colocando em prática todas essas leis. Acima de qualquer outra demanda, a educação se mostra como uma poderosa ferramenta de luta, para que a sociedade civil perceba a importância de se colocar ao lado dos povos e comunidades tradicionais e, concomitantemente, para que estes possam falar por si mesmos e reivindicar seus direitos.

REFERÊNCIAS

CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. 539–564, 2017.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). **Análise Social**, n. 203, p. 236–267, 2012.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

IWGIA, Grupo de Trabalho Internacional sobre Assuntos Indígenas; CADHP, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. **Povos Indígenas em África: povos esquecidos?**: Trabalho da Comissão Africana sobre os povos indígenas em África. 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

LUSA, Agência. **Tribunal argelino condena 22 manifestantes por mostrarem bandeiras berberes**. Observador. Disponível em: <<https://observador.pt/2019/11/12/tribunal-argelino-condena-22-manifestantes-por-mostrarem-bandeiras-berberes/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

M'BOKOLO, Elikia. **The impact of the slave trade on Africa**. Le Monde diplomatique. Disponível em: <<https://mondediplo.com/1998/04/02africa>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. 1ª edição. São Paulo, SP, Brasil: Paulinas, 2012. (Coleção Educação em foco).

PAULO, Comissão Pró-Índio de São. Terras Quilombolas – tituladas e em processo no Incra – 2016. Disponível em: <https://cpisp.org.br/avada_portfolio/mapa-terras-quilombolas-tituladas-e-em-processo-no-incra-2016/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

ROCHA, Julio Cesar de Sá da; TRINDADE-SERRA, Ordep J.; SOUZA, Anna Paula de Oliveira (Orgs.). **Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais**. Salvador: Edufba, 2015.



SANTOS, Thaís Calixto dos. Diversidade e representação: os(as) quilombolas no ensino superior. *In*: Universidade Federal de Uberlândia (UFU): [s.n.], 2018.

SHAKER, Arthur. **A Espiritualidade das Tradições Indígenas do Brasil**. [s.l.]: Coleção Visões Rumo ao Dhamma, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YAMÃ, Yaguarê. **A todos os indígenas e aliados**. São Paulo: Editora Cintra, 2019.
As experiências de povos indígenas da África com as políticas de salvaguarda: Exemplos do Camarões e da Bacia do Congo | Forest Peoples Programme. Disponível em: <<https://www.forestpeoples.org/pt-br/topics/african-development-bank-afdb/news/2013/05/experiencias-de-povos-indigenas-da-africa-com-poli>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Batwa. Minority Rights Group. Disponível em: <<https://minorityrights.org/minorities/batwa/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Convenção nº 169 da OIT, de 07 de junho de 1989 — 6ª Câmara - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/convecao169.pdf/view>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/menos-de-7-das-areas-quilombolas-no-brasil-foram-tituladas>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticiasrio/163-ministerio-do-esporte/jogos-dos-povos-indigenas>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

Os intocáveis do país invisível | Internacional | EL PAÍS Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/27/internacional/1417094596_487750.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.